



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

**CONTAS CONSOLIDADAS 2016**



MUNICÍPIO DE LAGOA | AÇORES

ÍNDICE

1. Relatório de Gestão Consolidado.....	3
2. Anexos	7
2.1. Balanço Consolidado	
2.2. Demonstração de Resultados Consolidada	
2.3. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	
2.4. Mapas do Fluxo de Caixa Consolidados	



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Introdução

A Câmara Municipal de Lagoa apresenta de forma simplificada as suas contas, para transmitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, procurar dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A consolidação de contas tem como objetivo elaborar as demonstrações financeiras e económicas de um conjunto de entidades, de forma a se tratar apenas de uma.

As contas individuais da empresa intermunicipal, apresentadas em SNC, foram convertidas para efeitos de consolidação de acordo com o normativo POCAL.

A consolidação de contas está prevista no POCAL, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e Portaria 474/2010, de 1 de julho.

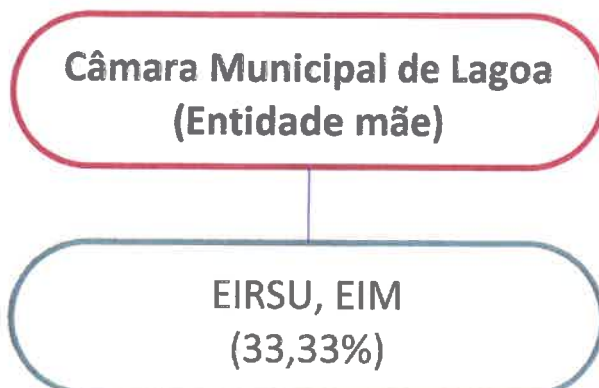
PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Lagoa é constituído pelas entidades abaixo representadas, conforme artigo 75º da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro:

- Município de Lagoa - NIPC 512074410 – entidade consolidante;
- EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM (33,33% participação do Município de Lagoa no capital) – NIPC 509446515 – método de consolidação proporcional.

ORGANIGRAMA DO GRUPO CONSOLIDADO





MUNICÍPIO DE LAGOA | AÇORES

MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO APLICADO

O método de consolidação utilizado na consolidação de contas do Município de Lagoa e a entidade EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM foi o método de consolidação proporcional,

EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A Consolidação apresenta os seguintes dados referentes ao exercício de 2016:

- Relatório de gestão consolidado;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada;
- Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado.

ANÁLISE AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício 2016, constituído pela sua estrutura económica, o Passivo e os Fundos Próprios do grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Para uma melhor perceção da situação consolidada, apresenta-se, de seguida um resumo do Balanço e da Demonstração dos Resultados Consolidado de 2016:

Síntese do Balanço Consolidado

ATIVO

ATIVOS	2016	%	2015	%	2014	%
Imobilizado	55 407 689,94 €	96,77%	56 009 658,90 €	97,81%	56 176 763,43 €	98,10%
Bens de domínio público	9 679 364,80 €	16,90%	10 211 307,94 €	17,83%	10 718 776,43 €	18,72%
Imobilizações incorpóreas	29 206,62 €	0,05%	23 706,32 €	0,04%	20 523,15 €	0,04%
Imobilizações corpóreas	45 211 625,03 €	78,96%	45 287 151,15 €	79,09%	45 419 974,33 €	79,32%
Investimentos financeiros	487 493,49 €	0,85%	487 493,49 €	0,85%	17 489,52 €	0,03%
Circulante	1 851 212,75 €	3,23%	1 252 704,50 €	2,19%	1 088 006,08 €	1,90%
Existências	92 869,05 €	0,16%	90 713,61 €	0,16%	75 751,55 €	0,13%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	330 641,80 €	0,58%	226 898,90 €	0,40%	209 317,10 €	0,37%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	873 134,36 €	1,52%	565 227,96 €	0,99%	359 614,34 €	0,63%
Acréscimos e diferimentos	554 567,54 €	0,97%	369 864,03 €	0,65%	443 323,09 €	0,77%
TOTAL ATIVO	57 258 902,69 €	100,00%	57 262 363,40 €	100,00%	57 264 769,51 €	100,00%



Am

MUNICÍPIO DE LAGOA | AÇORES

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2016	%	2015	%	2014	%
Fundos Próprios	42 170 867,34 €	73,65%	40 989 962,82 €	71,58%	40 433 668,57 €	70,61%
Património	11 311 082,24 €	19,75%	11 129 002,94 €	19,44%	11 129 002,94 €	19,43%
Reservas de reavaliação	8 880 912,75 €	15,51%	8 880 912,75 €	15,51%	8 880 912,75 €	15,51%
Reservas	19 659 859,76 €	34,34%	19 649 834,84 €	34,32%	18 971 255,99 €	33,13%
Resultados transitados	1 174 041,62 €	2,05%	1 166 976,17 €	2,04%	951 801,38 €	1,66%
Resultado líquido consolidado do exercício	1 144 970,97 €	2,00%	163 236,12 €	0,29%	500 695,51 €	0,87%
Interesses minoritários (Portas da Lagoa)	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivo	15 088 035,35 €	26,35%	16 272 400,58 €	28,42%	16 831 100,94 €	29,39%
Provisões para riscos e encargos	95 060,12 €	0,17%	95 060,12 €	0,17%	98 435,12 €	0,17%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	7 101 347,23 €	12,40%	7 880 734,64 €	13,76%	8 588 019,89 €	15,00%
Empréstimos de curto prazo	- €	0,00%	- €	0,00%	111 817,62 €	0,20%
Fornecedores c/c	142 984,99 €	0,25%	57 822,38 €	0,10%	55 972,92 €	0,10%
Fornecedores de imobilizado c/c	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Estado e outros entes públicos	38 792,30 €	0,07%	36 117,16 €	0,06%	42 800,11 €	0,07%
Outros credores	777 952,35 €	1,36%	982 423,20 €	1,72%	365 623,81 €	0,64%
Acréscimos e diferimentos	6 931 898,36 €	12,11%	7 220 243,08 €	12,61%	7 568 431,47 €	13,22%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	57 258 902,69 €	100,00%	57 262 363,40 €	100,00%	57 264 769,51 €	100,00%

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se:

- Um ativo total de 57.258.902,69€;
- O passivo e os fundos próprios representam 26,35% e 73,65%, respetivamente;
- As imobilizações corpóreas representam uma grande percentagem em relação a todas as outras rubricas do ativo, sendo que nos fundos próprios e passivo, a rubrica com maior peso são as reservas e dívidas a terceiros – médio e longo prazo.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS

CUSTOS E PERDAS	2016	%	2015	%	2014	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	981 598,26 €	10,00%	1 016 767,62 €	10,14%	636 345,33 €	7,44%
Fornecimentos e serviços externos	3 620 411,12 €	36,90%	3 100 130,79 €	30,91%	2 417 929,83 €	28,27%
Custos com pessoal	2 869 878,83 €	29,25%	2 876 444,61 €	28,68%	2 810 090,95 €	32,86%
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	722 170,79 €	7,36%	904 999,30 €	9,02%	732 894,12 €	8,57%
Amortizações do exercício	1 266 238,73 €	12,91%	1 253 936,08 €	12,50%	1 312 007,40 €	15,34%
Provisões do exercício	4 737,78 €	0,05%	11 543,04 €	0,12%	103 015,66 €	1,20%
Outros Custos e perdas operacionais	60 244,89 €	0,61%	56 967,96 €	0,57%	28 480,09 €	0,33%
Custos e perdas financeiros	109 055,53 €	1,11%	83 197,73 €	0,83%	266 259,53 €	3,11%
Custos e perdas extraordinárias	177 191,20 €	1,81%	725 165,14 €	7,23%	244 467,55 €	2,86%
TOTAL CUSTOS E PERDAS	9 811 527,13 €	100,00%	10 029 152,27 €	100,00%	8 551 490,46 €	100,00%
Imposto sobre o rendimento	135,44 €	0,00%	2 029,54 €	0,02%	2 716,41 €	0,03%
Resultado Líquido Consolidado do Exercício	1 144 970,97 €	11,67%	163 236,12 €	1,63%	500 695,51 €	5,86%



MUNICÍPIO DE LAGOA | AÇORES

PROVEITOS E GANHOS

PROVEITOS E GANHOS	2016	%	2015	%	2014	%
Vendas e prestações de serviços	2 453 975,80 €	22,40%	2 539 335,64 €	24,91%	2 248 367,78 €	24,83%
Impostos e taxas	2 279 756,03 €	20,81%	1 902 204,11 €	18,66%	1 703 771,33 €	18,82%
Trabalhos para a própria entidade	484 025,49 €	4,42%	259 988,59 €	2,55%	- €	0,00%
Proveitos suplementares	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências e subsídios obtidos	5 136 210,77 €	46,88%	4 969 956,24 €	48,75%	4 648 673,70 €	51,34%
Proveitos e ganhos financeiros	789,81 €	0,01%	1 859,99 €	0,02%	2 016,04 €	0,02%
Proveitos e ganhos extraordinários	601 875,64 €	5,49%	521 073,36 €	5,11%	452 073,53 €	4,99%
TOTAL PROVEITOS E GANHOS	10 956 633,54 €	100,00%	10 194 417,93 €	100,00%	9 054 902,38 €	100,00%

Pela análise da Demonstração dos Resultados Consolidada, verifica-se:

- Um saldo positivo no montante de 1.144.970,97€;
- Analisando a estrutura dos custos e perdas, verifica-se que as rubricas com maior peso são a de fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal;
- Relativamente aos proveitos e ganhos, constata-se que as transferências e subsídios obtidos e a de vendas e prestações de serviços são as rubricas mais expressivas.

Resultados Consolidados

RESULTADOS CONSOLIDADOS	2016	2015	2014
Resultados operacionais	828 687,69 €	450 695,18 €	560 049,43 €
Resultados financeiros	- 108 265,72 €	- 81 337,74 €	- 264 243,49 €
Resultados correntes	720 421,97 €	369 357,44 €	295 805,94 €
Resultado líquido consolidado do exercício	1 144 970,97 €	163 236,12 €	500 695,51 €

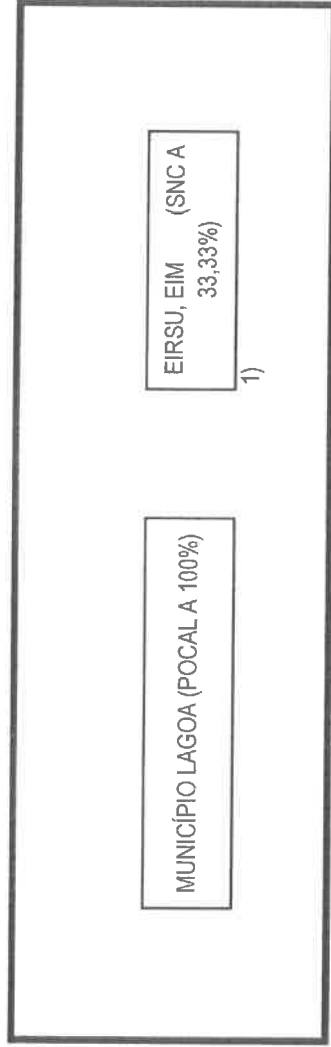
Paços do Concelho de Lagoa, 8 de maio de 2017.

PELO ORGÃO EXECUTIVO

Cristina Calisto Decq Mota

Presidente

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA
ARTIGO 75º DA LEI Nº 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO



1) CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

Car

Qm

BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA EM 31/12/2016

ANO 2016
(em €)

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
45	Bens de domínio público	12.579.170,60	2.899.805,80	9.679.364,80	10.211.307,94
		12.579.170,60	2.899.805,80	9.679.364,80	10.211.307,94
43	Imobilizações incorpóreas	365.923,99	336.717,37	29.206,62	23.706,32
		365.923,99	336.717,37	29.206,62	23.706,32
42	Imobilizações Corpóreas	53.237.295,76	8.025.670,73	45.211.625,03	45.287.151,15
		53.237.295,76	8.025.670,73	45.211.625,03	45.287.151,15
41	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	487.493,49	0,00	487.493,49	487.493,49
		487.493,49	0,00	487.493,49	487.493,49
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	92.869,05		92.869,05	90.713,61
32	Mercadorias	0,00		0,00	0,00
		92.869,05	0,00	92.869,05	90.713,61
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	389.131,85	61.185,89	327.945,96	216.599,41
24	Estado e outros entes públicos	2.190,84		2.190,84	10.299,49
268	Outros devedores	505,00		505,00	0,00
		391.827,69	61.185,89	330.641,80	226.898,90
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	870.010,94		870.010,94	561.938,51
11	Caixa	3.123,42		3.123,42	3.289,45
		873.134,36		873.134,36	565.227,96
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	546.262,72		546.262,72	360.844,33
272	Custos diferidos	8.304,82		8.304,82	9.019,70
		554.567,54		554.567,54	369.864,03
	Total das Amortizações		11.262.193,90		
	Total das Provisões		61.185,89		
	Total do Activo	68.582.282,48	11.323.379,79	57.258.902,69	57.262.363,40

		(em €)	
Código das Contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2016	2015
	Fundos próprios		
51	Património	11.311.082,24	11.129.002,94
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	8.880.912,75	8.880.912,75
57	Reservas	19.659.859,76	19.649.834,84
59	Resultado transitados	1.174.041,62	1.166.976,17
88	Resultado líquido consolidado do exercício	1.144.970,97	163.236,12
		42.170.867,34	40.989.962,82
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	95.060,12	95.060,12
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	7.101.347,23	7.880.734,64
		7.101.347,23	7.880.734,64
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	142.984,99	57.822,38
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	38.792,30	36.117,16
268	Outros credores	777.952,35	982.423,20
		959.729,64	1.076.362,74
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	464.571,64	451.187,59
274	Proveitos diferidos	6.467.326,72	6.769.055,49
		6.931.898,36	7.220.243,08
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	57.258.902,69	57.262.363,40

Cpur

ANO 2016

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO DE LAGOA A 31/12/2016

(em €)

Código das Contas POCAL		Exercício			
		2016		2015	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	981.598,26	981.598,26	1.016.767,62	1.016.767,62
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.620.411,12		3.100.130,79	
64	Custos com o Pessoal	2.869.878,83	6.490.289,95	2.876.444,61	5.976.575,40
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	722.170,79	722.170,79	904.999,30	904.999,30
66	Amortizações do Exercício	1.266.238,73		1.253.936,08	
67	Provisões do Exercício	4.737,78	1.270.976,51	11.543,04	1.265.479,12
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	60.244,89	60.244,89	56.967,96	56.967,96
	(A).....		9.525.280,40		9.220.789,40
68	Custos e Perdas Financeiros		109.055,53		83.197,73
	(C).....		9.634.335,93		9.303.987,13
69	Custos e Perdas Extraordinários		177.191,20		725.165,14
	(E).....		9.811.527,13		10.029.152,27
86	Imposto sobre o Rendimento		135,44		2.029,54
88	Resultado Líquido Consolidado do Exercício		1.144.970,97		163.236,12
			10.956.633,54		10.194.417,93
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviços	2.453.975,80	2.453.975,80	2.539.335,64	2.539.335,64
72	Impostos e Taxas	2.279.756,03		1.902.204,11	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a Própria Entidade	484.025,49		259.988,59	
73	Proveitos Suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	5.136.210,77		4.969.956,24	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	7.899.992,29	0,00	7.132.148,94
	(B).....		10.353.968,09		9.671.484,58
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		789,81		1.859,99
	(D).....		10.354.757,90		9.673.344,57
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		601.875,64		521.073,36
	(F).....		10.956.633,54		10.194.417,93

Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A);	828.687,69	450.695,18
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A);	-106.265,72	-81.337,74
Resultados Correntes: (D) - (C);	720.421,97	369.357,44
Resultado Líquido Consolidado do Exercício: (F) - (E);	1.144.970,97	163.236,12

Cgum

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA

RUBRICAS	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	2.378.371	2.491.592
Pagamentos a fornecedores	-2.985.883	-2.557.991
Pagamentos ao pessoal	-2.582.601	-2.617.664
Caixa gerada pelas operações	-3.190.113	-2.684.063
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	-1.502	-3.151
Outros recebimentos operacionais (a) - inclui total receitas de OT	7.692.011	7.319.160
Outros pagamentos operacionais (b) - inclui total pagamentos OT	-2.124.359	-2.533.520
Outros recebimentos / pagamentos operacionais (a-b)	6.354	-973
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2.382.391	2.097.453
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1.510.441	-1.474.187
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	-67.484	-67.142
Outros ativos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	28	68.770
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	330.825	372.694
Juros e rendimentos similares	790	1.860
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-1.246.282	-1.098.005
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	400.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-743.448	-1.092.267
Juros e gastos similares	-84.754	-66.512
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-828.202	-758.780
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	307.906	240.668
Efeito das taxas de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (Saldo inicial - Orç + OT)	565.228	324.560
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Saldo final - Orç + OT)	873.134	565.228

Notas:

Este mapa é apresentado em modelo previsto em SNC, tendo por isso sido derogados princípios do POCAL aplicáveis a parte das entidades que constituem o grupo público consolidado.

Amr

Município de Lagoa - Açores

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2016

Introdução

O Município de Lagoa apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2016, com base no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

Cp

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Lagoa	Largo D. João III – Santa Cruz, Lagoa		---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

a) Empresa mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1ª Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

a) Empreendimento conjunto com as Autarquias da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e na Portaria nº 474/2010.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 5 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações Corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2016 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

Cpud

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões para Riscos e Encargos

Regista a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a Processos Judiciais em Curso, Indemnizações, Coimas e outros, com base nas melhores estimativas de valor e probabilidade de ocorrência.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Locação Financeira

Os ativos adquiridos por locação financeira são incluídos no ativo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objeto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 6 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				0
Edifícios				0
Outras construções e infra-estruturas	10.963.364			10.963.364
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				0
Outros bens de domínio público	969.807			969.807
Imobilizações em curso	629.775	16.225		646.000
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	12.562.946	16.225	0	12.579.171
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				0
Despesas de investigação e desenvolvimento				0
Propriedade industrial e outros direitos	227	3.089	-3.316	0
Outras imobilizações incorpóreas	338.799	27.196	-71	365.924
Imobilizações em curso	0			0
	339.026	30.285	-3.387	365.924
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	1.479.946			1.479.946
Edifícios e outras construções	46.051.549	748.902	-4.888	46.795.563
Equipamento básico	329.513	20.526	-51	349.988
Equipamento de transporte	514.170	80	-80	514.170
Ferramentas e utensílios	162.950	18.788	-6.040	175.698
Equipamento administrativo	732.944	31.352	0	764.296
Taras e vasilhames				0
Outras imobilizações corpóreas	870.288	29.559	-8.112	891.735
Imobilizações em curso	2.474.789	51.100	-259.989	2.265.900
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	52.616.149	900.307	-279.160	53.237.296
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	17.490			17.490
Obrigações e títulos de participação	470.004			470.004
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	487.493	0	0	487.493
Total	66.005.614	946.817	-282.547	66.669.884

Cfins

Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				0
Edifícios				0
Outras construções e infra-estruturas	2.351.638	548.168		2.899.806
Bens do património histórico, artístico e cultural				0
Outros bens de domínio público				0
	2.351.638	548.168	0	2.899.806
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				0
Despesas de investigação e desenvolvimento				0
Propriedade industrial e outros direitos				0
Outras	315.320	21.398		336.717
	315.320	21.398	0	336.717
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				0
Edifícios e outras construções	5.242.779	560.302		5.803.081
Equipamento básico	259.083	27.350		286.433
Equipamento de transporte	459.110	16.592		475.702
Ferramentas e utensílios	148.176	8.756		156.932
Equipamento administrativo	570.346	50.812		621.158
Taras e vasilhames				0
Outras imobilizações corpóreas	649.505	32.860		682.365
	7.328.998	696.673	0	8.025.671
Investimentos Financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras				0
Outros empréstimos concedidos				0
	0	0	0	0
	9.995.955	1.265.239	0	11.262.194

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Ativo Circulante	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	56.448	4.738		61.186
Total	56.448	4.738	0	61.186

Nota 8 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos:

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MLAGOA	Const. 9 Fogos Dest. Arrend. Rosário	CGD	190.705	20-08-2023	71.625
	Const. 12 Fogos Dest. Arrend. Bairro Dª Amélia-Cabouco	CGD	234.380	20-08-2023	87.841
	Const. 2 Fogos Dest. Arrend. Freg. Rosário	CGD	44.607	22-04-2023	15.584
	Const. 5 Fogos Freg. Cabouco	CGD	92.308	22-10-2023	34.301
	Lot. Água Pau, Lot. 36 a 41 (6 Fogos)	CGD	116.838	23-07-2024	47.536
	Const. Conj. Hab. Relvinha (11 Fogos)	CGD	230.709	23-07-2024	83.574
	Constr. do conjunt. habit. Loteam. Relvinha-S. Cruz (20 Fogos)	CGD	393.272	08-04-2025	162.770
	Const. Conj. habit. Rua Dr. António Hermano T. Melo (2 Fogos) Rosário	CGD	38.562	08-10-2024	15.062
	Const. Conj. Hab. Lot. Longueira Stª Cruz (5 Fogos)	BCA	105.786	08-02-2026	47.604
	Aquis. 30 Fogos Freg. Rosário-Lagoa	BCA	409.758	11-04-2027	207.770
	Aquis. 30 Fogos Freg. Rosário	BCA	928.832	10-04-2027	470.496
	Saneam. Básico Água de Pau.	BCA	94.224	28-05-2022	33.663
	Execução Emissário Submarino Vila Lagoa	BCA	249.777	28-05-2022	89.238
	Aquisição Imóveis no Concelho de Lagoa	BCA	250.000	28-05-2022	90.726
	Aquisição Terrenos no Concelho de Lagoa	BCA	250.000	28-05-2022	90.726
	Aquis. Terrenos no Concelho Lagoa p/Habit. Social	CGD	250.000	09-12-2022	97.282
	Conj. Inv. Âmb. Munic. Realizar Zona Interv. Lagoa Água de Pau - PROCOM	CGD	150.000	09-12-2022	58.369
	Aquis. 15 Fogos Água de Pau - INH	BCA	523.738	28-05-2027	298.779
	Aquis. 15 Fogos Água de Pau	BCA	233.293	28-05-2027	135.233
	33 fogos Habitação Social sítos na Longueira - Freguesia de Santa Cruz	CGD	1.213.450	25-07-2028	767.798
	33 fogos Habitação Social Longueira - Freguesia de Santa Cruz	CGD	606.725	25-07-2028	383.899
	Obra Saneamento Básico de Água de Pau	BCP	481.690	04-06-2030	390.628
	Construção da Pousada de Juventude de Lagoa	CGD	1.380.159	07-10-2040	1.364.463
	Arranjo Urbanístico da Baixa D'Areia	CGD	841.700	07-10-2035	737.492

Nota 9 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 2.453.976 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 10 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

A Empresa participada encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são

Open

adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Lagoa está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 11 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Lagoa totalizaram 98.202 Euros em 2016.

Nota 12 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2016	2015
681 Juros suportados		75.037	62.450
682 Remunerações a títulos de participação			
683 Amortizações de investimento em imóveis			
684 Ajustamentos de aplicações financeiras		2.189	
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			
686 Descontos de pronto pagamento concedidos			
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			
688 Outros custos e perdas financeiros		31.829	20.748
Resultados financeiros		-108.265	-81.337
		790	1.860
Proveitos e ganhos		2016	2015
781 Juros obtidos		790	1.860
782 Rendimentos de títulos de participação			
783 Rendimentos de imóveis			
784 Ganhos de participações de capital			
785 Diferenças de câmbio favoráveis			
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788 Outros proveitos e ganhos financeiros			
		790	1.860

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2016	2015
691 Transferências de capital concedidas		125.596	204.093
692 Dívidas incobráveis			
693 Perdas em existências			
694 Perdas em imobilizações			65
695 Multas e penalidades		180	13
696 Aumentos de amortizações			
697 Correções relativas a exercícios anteriores		34.078	155.460
698 Outros custos e perdas extraordinárias		17.337	365.533
Resultados extraordinários		424.684	-204.092
		601.876	521.073

	Proveitos e ganhos	2016	2015
791 Restituição de impostos			
792 Recuperação de dívidas			
793 Ganhos em existências		49.996	36.638
794 Ganhos em imobilizações			68.671
795 Benefícios de penalidades contratuais		46.722	35.352
796 Reduções de provisões			
797 Correções relativas a exercícios anteriores		1.612	35.857
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		503.547	344.556
		601.876	521.073

Nota 14 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	95.060			95.060
TOTAL	95.060	0	0	95.060

Nota 15 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Designação dos Bens	Valor em Dívida
Imóveis	259.023
Viaturas	5.130
	264.153

Chunb

Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

			Obrigações / Pagamentos				
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
M. Lagoa	EIRSU	Relações Comerciais	0	271.255	0	249.892	21.363
		Total	0	271.255	0	249.892	21.363

			Direitos / Recebimentos				
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	M. Lagoa	Relações comerciais	0	-271.255	0	-249.892	-21.363
		Total	0	-271.255	0	-249.892	-21.363

Nota 17 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			
Designação das Contas	Município de Lagoa	EIRSU	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	7.101.347	0	7.101.347
Total	7.101.347	0	7.101.347

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município da Lagoa**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 57.258.903 euros e um total de fundos próprios de 42.170.867 euros, incluindo um resultado líquido de 1.144.971 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município da Lagoa** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL e legislação específica aplicável.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

Marques da Cunha, Arlindo Duarte e
Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
PORTO

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo público de acordo com o POCAL e legislação específica aplicável;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Marques da Cunha, Arlindo Duarte e
Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revíssores Oficiais de Contas, Lda.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo público;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo público para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo público para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo público e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte &
Associados
Sociedade de Revíssores Oficiais de Contas
PORTO

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Fox do Deuro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

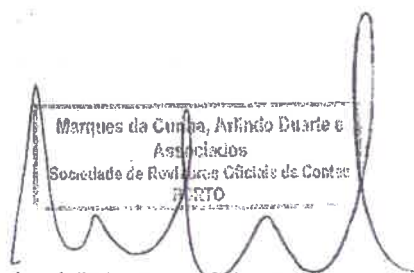
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão .

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de maio de 2017



Marques da Cunha, Arlindo Duarte e
Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
PORTO

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda. - SROC nº 52

representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC nº 859